

# **ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE: LEI 10.639/2003 E A PRÁTICA DOCENTE**

Natália Pontes Costa<sup>1</sup>

Renata Priscila Gomes da Silva<sup>2</sup>

Auxiliadora Maria Martins da Silva<sup>3</sup>

## **RESUMO:**

O presente artigo refere-se à pesquisa cujo objetivo consiste na análise da proposta curricular da Prefeitura do Recife em sua abordagem acerca da Lei 10.639/03, e como se dá sua implementação nas práticas pedagógicas dos professores que lecionam nos segmentos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Pesquisa de caráter qualitativo, que se desenvolveu por meio de análise documental, e dados levantados por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes, um professor para cada segmento e modalidade de ensino. O resultado aponta para um avanço na sua implementação em sala de aula e na necessidade de aprimoramento dos educadores (as) para inserir de forma interdisciplinar e cotidianamente a Lei 10.639/03 em suas práticas docentes, constatamos que a proposta curricular, efetivamente vem sendo utilizada como orientação para as práticas no espaço educativo formal.

**Palavras-Chave:** Currículo, Lei 10.639/03, Práticas Docentes.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho refere-se a uma pesquisa que teve por finalidade nortear a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, tendo como tema “Análise da Proposta Curricular da Rede Municipal do Recife: Lei 10.639/2003 e a prática docente”. Lei esta, que orienta o ensino sobre a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira. A temática escolhida é de suma importância, pois busca uma análise e reflexão acerca da Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino do Recife, que deve ser construída levando em consideração o processo de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito, sua história de vida e cultural, e assim procurar compreender como se desenvolve no cotidiano escolar temas curriculares como o que norteia o nosso trabalho: As Relações Étnico Raciais.

Esta temática conseguiu, nos últimos anos, tamanha importância em nossa sociedade e um significativo crescimento no âmbito educacional, através das lutas enfrentadas pelo Movimento Negro, que durante décadas vem combatendo o preconceito e o racismo que a

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. E-mail: nathallyaphonthes@hotmail.com

<sup>2</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. E-mail: priscila.bytta@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora Adjunta da UFPE – Centro de Educação – DMTE. E-mail: auxiliadora.martins@ig.com.br

Raça Negra<sup>4</sup> foi e continua sendo alvo de grandes violências praticadas em nossa sociedade que é culturalmente discriminatória.

Ao longo do nosso curso de Pedagogia adquirimos experiências a partir das práticas nos estágios supervisionados em escolas das redes municipais, nestas vivências, identificamos que a Educação das Relações Étnico Raciais ainda é uma temática que precisa ser mais debatida e trabalhada em sala de aula, os estudantes precisam ter acesso à história africana em seu cotidiano, pois, acreditamos que só com a proximidade da história e cultura conseguiremos enxergar, na prática, a valorização dos saberes africanos e afrodescendentes.

A escolha do tema justifica-se pelo interesse adquirido ao longo da nossa trajetória acadêmica em investigar o currículo e suas práticas, em especial, dando foco a Lei 10.639/03 por percebermos a importância da temática e do trabalho desenvolvido na sala de aula, uma abordagem que ainda vem sofrendo muito preconceito seja no meio profissional ou no âmbito social. A escola assume um papel primordial acerca da temática étnico racial, pois, possibilita a oportunidade de mudar os conceitos preconceituosos e discriminatórios perpetuados ao longo da construção histórica, social e cultural em nosso país, viabilizando a chance de combater as desigualdades e o racismo. Para tal, torna-se de suma importância como local propício para abordar o tema de forma educativa, desconstruindo os valores reproduzidos na sociedade que estamos inseridos, reconhecendo como naturais os atos discriminatórios.

Reconhecemos a necessidade da existência de uma Proposta Curricular regulamentar para um município, comum a todas as instituições, que sirva como subsídio norteador na construção de uma proposta singular a cada escola municipal. Esta proposta deve contemplar os eixos norteadores propostos pela Secretaria de Educação da Cidade do Recife, pois, nela encontram-se as atualizações aprovadas pelo Ministério de Educação.

A proposta a que nos referimos, foi denominada “Política de Ensino da Rede Municipal do Recife – subsídios para atualização da organização curricular”. Foi elaborada pela equipe de gestores que compõe a Secretaria de Educação da Cidade do Recife entrando em vigor em 2014, está dividida em seis capítulos: Construindo Significados; Eixos e Princípios da Política de Ensino: Escola Democrática, Diversidade, Meio Ambiente e Tecnologia; Que Conhecimentos Privilegiar na Escola?; A Avaliação; Os Processos de Ensinar e Aprender; Educação Básica no Recife.

---

<sup>4</sup> É importante observar que, do ponto de vista da biologia, as raças não existem, contudo, socialmente, esse conceito de diferentes raças foi socialmente construído e continua a operar no sentido de perpetuar pretos e pobres em situação de desigualdades históricas em comparação com o grupo branco da população brasileira.

Levando em consideração o foco de nossa pesquisa, salientamos apenas as questões que abordam a temática referida à Lei 10.639/03 que é de caráter relevante neste artigo. Diante disso, nosso trabalho consistiu em analisar a Proposta Curricular da Rede Municipal do Recife acerca das abordagens sobre a Lei 10.639/03, o que nos remete a seguinte questão: Como a Lei 10639/03 vem sendo implementada nas práticas pedagógicas dos professores da Rede Municipal de Educação do Recife?

Perante tais abordagens surgiu o objetivo geral de nosso trabalho que consiste em analisar a Proposta Curricular da Rede Municipal do Recife em sua abordagem acerca da Lei 10.639/03, observando como se dá a sua implementação nas práticas pedagógicas dos professores da rede. Os objetivos específicos baseiam-se em conhecer as concepções dos professores da Rede Municipal do Recife acerca da Lei 10.639/2003. Para então, discutir os princípios educativos que norteiam a Proposta Curricular da Prefeitura de Recife em relação à Lei 10.639/2003. Em seguida, identificar aspectos da prática docente que indicam a implementação dos princípios defendidos pela Proposta Curricular da Prefeitura de Recife em relação à Lei 10.639/2003.

Buscamos analisar as concepções dos docentes acerca da Lei em questão, em suas práticas exercidas em sala de aula no que se refere à Lei. Podemos dessa forma, perceber a importância de um currículo escolar que busque refletir a história social e cultural dos alunos, pois acreditamos que desta forma é possível atingir um resultado positivo acerca do reconhecimento da importância da História Africana e suas contribuições para a formação da nossa sociedade e cultura brasileira, reconhecendo como parte primordial de nossas histórias, e isso nos fez perceber a importância da realização dessa pesquisa, pois, teve grande contribuição na nossa formação, tanto como futuros docentes, quanto como pessoas críticas por nos proporcionar a reflexão no que se refere ao ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

O artigo encontra-se dividido em cinco partes, a primeira refere-se ao Marco Teórico, que se encontra dividido em tópicos, sendo eles: Currículo; Indagações Curriculares – Diversidade e Currículo; Política de Ensino da Rede Municipal do Recife e a Lei 10639/03; Educação Antirracista e Multiculturalismo: Lei 10.639/03 e as práticas pedagógicas. Na segunda parte apresentamos a Metodologia. Logo após apresentamos os resultados da pesquisa. Por fim, expomos a nossa conclusão e logo após as referências utilizadas no presente artigo.

## 2. MARCO TEÓRICO

### 2.1 Currículo

Para trazer uma abordagem acerca do Currículo tomamos como eixo norteador Tomaz Tadeu da Silva (2010). Em seu livro intitulado Documentos de Identidade: Uma Introdução às teorias do Currículo. A produção traz considerações importantes sobre a construção do currículo para uma comunidade escolar, podendo ser utilizado como eixo norteador na elaboração de documentos mais específicos das escolas, como o Projeto Político Pedagógico – PPP.

Através do currículo podemos identificar tendências teóricas que embasam sua elaboração acerca das questões que são abordadas em sua composição, porém, acreditamos que o currículo deve ser composto de temáticas que estão presentes no cotidiano dos indivíduos, devendo ser debatido e recriado a partir de cada realidade escolar onde estiver sendo inserido. O currículo não é algo imutável, mas sim mudável a partir da necessidade de recriá-lo para melhor atender à necessidade escolar.

Buscando relacionar com o nosso tema de pesquisa, o currículo precisa contemplar eixos temáticos que são compostos por assuntos considerados interdisciplinares, que podem ser inseridos em atividades relacionadas às temáticas consideradas obrigatórias. É importante ressaltar que a elaboração de um currículo que aborde questões acerca da diversidade faz-se necessária, pois, proporciona aos educadores a oportunidade de ampliar suas práticas e enriquecer os seus conceitos.

A falta do eixo sobre diversidade nos currículos está diretamente associada à desigualdade social e à discriminação social, pensava-se em um currículo que contemplasse determinadas classes sociais, reafirmando a discriminação também com as histórias de povos que ajudaram a construir a nossa cultura brasileira.

Tornou-se algo evidente, entretanto, que as relações de desigualdade e de poder na educação e no currículo não podiam ficar restrita à classe social. Como análise política e sociológica, a teoria crítica do currículo tinha que levar em conta também as desigualdades educacionais centradas nas relações de gênero, raça e etnia. Ainda mais importante era descrever e explicar as complexas inter-relações entre essas diferentes dinâmicas de hierarquização social: não se tratava simplesmente de somá-las. (SILVA, 2010, p. 99)

Portanto, torna-se claro que, a inserção de propostas no currículo a favor de igualdade social não foi uma decisão espontânea em prol das classes desfavorecidas, mas sim, um resultado de uma grande luta para garantir a construção de um currículo que contemple a

todos e proporcione igualdades de aprendizado partindo da realidade em que se encontra o indivíduo garantindo assim, sua inserção na sociedade de forma plena, independentemente de sua classe social, raça ou etnia.

## 2.2 Indagações Curriculares - Diversidade e Currículo

Diversidade e Currículo de Nilma Lino Gomes é um dos cinco cadernos produzidos pelo Ministério da Educação, que é dividido em eixos organizadores onde encontramos também: Currículo e Desenvolvimento Humano; Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo; Currículo, Conhecimento e Cultura; Currículo e Avaliação.

Todos apresentam indagações acerca do currículo, sobre sua construção e organização, levantando questões como: “*O que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa?*”, buscando refletir sobre elas, e encontrar seus significados na intenção da reorientação do currículo e das práticas educativas.

Em Diversidade e currículo são apresentadas indagações, e uma reflexão sobre a relação entre o currículo escolar e a diversidade, entendendo este último segundo Gomes (2008, p.17) “como uma construção histórica, cultural e social das diferenças”. Questionando o papel da diversidade dentro do processo educacional a autora busca pensar um currículo que atenda a universalidade.

Diversidade pode ser entendida como biológica e cultural, e quando falamos de biodiversidade devemos primeiramente observar conforme expresso por Gomes (2008, p.20) “que os diferentes grupos humanos não podem ser entendidos fora do contexto cultural”. A diversidade cultural está presente na sociedade desde sempre, se fazendo necessário discutir as formas como a escola incorpora este conteúdo em seu cotidiano, no currículo e em suas práticas, um espaço em que as singularidades de cada grupo passam a serem destacadas e exigem práticas pedagógicas que expressem e contemplem as riquezas inerentes às múltiplas identidades dos agentes escolares: alunos, professores e demais profissionais.

A diversidade tem muito a contribuir na construção do currículo escolar. A autora nos faz refletir sobre este pensamento de homogeneidade em que os alunos são enquadrados, tentando mostrar o quanto é importante a incorporação dos saberes dos mais diversos grupos sociais, para a formulação de um currículo que respeite as individualidades e ensine as mais diversas concepções de cultura.

A autora expressa ainda que para entender a diversidade cultural é necessário investigar na luta política dos diferentes grupos pelo o direito de reconhecimento as suas características, nunca prevalecendo uma única visão, fato que é predominante na formulação

dos currículos atuais. Destaca Gomes (2008, p.22) que esse reconhecimento das diferenças é importante para que os alunos tenham a percepção do “eu” e dos “outros”, entendendo que a construção da formação humana ocorre devido à interação dos diversos grupos, num processo de desenvolvimento da própria identidade e assim, combatendo o racismo que já faz parte da nossa cultura.

O currículo escolar tem que adequar-se ao mundo contemporâneo, ou seja, as novas relações sociais e adaptar-se a esta nova realidade. É urgente a necessidade da incorporação ao currículo nacional, dos saberes construídos pelos movimentos sociais, provocando uma revisão nas propostas educacionais, um cenário em que busquemos como profissionais da área, rever nossas posturas sobre a temática, repensando conceitos pré-estabelecidos e representações que fazemos de determinados indivíduos. Torna-se necessário um processo pedagógico que ensine os indivíduos a lidar e respeitar as diferenças, incluindo na grade escolar os conhecimentos das mais diversas identidades culturais, de modo que todos se sintam representados e acolhidos no seio escolar.

Acerca do ensino das relações étnico raciais Gomes (2008, p.36) aponta que o movimento negro e estudiosos comprometidos com a luta antirracista orientam a pensar um novo currículo, com a Lei 10.639/03, tornando o ensino obrigatório da temática em questão, tornando possível a construção de um currículo que articule a garantia dos direitos sociais e o respeito à diversidade humana e cultural.

### **2.3 Política de Ensino da Rede Municipal do Recife e a Lei 10639/03**

A Proposta Curricular da Rede Municipal do Recife (2014) apresenta fundamentos teórico-metodológicos que regem o processo escolar no sentido de assegurar o direito a uma educação que prepare o indivíduo para a vida na sociedade.

O documento inicialmente realiza um resgate da história da rede municipal de ensino, trazendo a memória pedagógica, explicando o passado a fim de compreender o presente e almejar metas para o futuro. Nesse processo histórico no meio educacional, é criado a Proposta da Rede, o material é construído e reconstruído ao longo do tempo pelos profissionais da educação, pela equipe de gestores que compõe a Secretaria de Educação da Cidade do Recife, que devem seguir alguns princípios e eixos fundamentais, baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação, para um ensino que prepare para os desafios e as realidades sociais, como expresso na Proposta:

Os princípios éticos de liberdade, solidariedade, participação e justiça social que o subsidiam, trazem a escola democrática, a diversidade, o meio ambiente e a tecnologia como eixos que traduzem as necessidades e a realidade da cidade do Recife. (RECIFE, 2014, p. 205)

Nesse sentido, como também aponta o documento, o ambiente escolar deve ser inclusivo, democrático e justo, e para tal, deve haver um trabalho educacional com as diversidades, dentre as diversas existentes no meio social, focamos no objetivo de nossa pesquisa, sobre relações étnico raciais. Esse comprometimento com a diversidade na educação vem no sentido de quebrar relações discriminatórias e racistas, e de construir atitudes de reconhecimento e aceitação às diferenças de ser e viver, na busca de construir um currículo que integre as relações étnico raciais, a história e cultura dos africanos, indígenas e afro-brasileiros.

A Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino sobre história e cultura Afro-Brasileira para a educação básica, no âmbito de todo currículo escolar e em especial nas áreas de literatura, artes e história do Brasil. Os conteúdos deverão incluir história da África e dos Africanos, a cultura e a luta dos negros no Brasil, resgatando a contribuição do povo negro para a economia, a política e para a sociedade brasileira. A Lei também inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Partindo dos princípios referenciais que servem como orientação para os educadores acerca da educação étnico racial encontradas nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Brasil, 2004), buscamos identificar na prática pedagógica dos professores da Rede Municipal de Recife o seguimento dos seguintes princípios: Consciência Política e Histórica da Diversidade; Fortalecimento de Identidades e de Direitos; Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações.

Pudemos perceber que na proposta municipal a temática étnico racial é um dos princípios norteadores da educação no Recife reconhecendo a necessidade de direcionar o olhar específico para este assunto, cabe a Rede de Ensino proporcionar meios em que o educador possa buscar metodologias que tornem este processo de reconstrução de identidade negra possível de ser concretizado. Identificamos que os princípios norteadores, já citados acima, encontram-se presentes através de situações cotidianas nas unidades escolares da rede utilizadas como exemplos para proceder com eficiência na execução da Lei 10.639/03.

## 2.4 Educação Antirracista e Multiculturalismo: Lei 10.639/03 e as práticas pedagógicas

Reconhecemos a necessidade de desenvolver uma educação antirracista e para tal é necessário quebrar conceitos que foram construídos ao longo da história, construir um processo educacional que promova o conhecimento, aceitação e respeito da história, identidade e cultura dos povos, abrindo espaço para a questão das diferenças, da diversidade. Vivemos numa sociedade Multicultural, que segundo Moreira e Candau (2008, p.7), refere-se “as mudanças demográficas e culturais”, “diferenças relativas à raça, etnia, gênero, sexualidade, cultura, religião, ou outras dinâmicas sociais”. Portanto se faz necessário um processo educacional que envolva o Multiculturalismo, nesse sentido a autora expressa:

Multiculturalismo em educação envolve, ainda um posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e discriminação a que certos grupos minoritários têm, historicamente sido submetidos por grupos mais poderosos e privilegiados. (MOREIRA; CANDAU 2008, p.7)

Nesse debate sobre Multiculturalismo Candau (2008) aponta que estamos diante de “nossa própria formação cultural”, e a importância de estar presente no currículo escolar, nas práticas pedagógicas, um processo de reflexão, reconhecimento e aceitação de nossa identidade cultural. Dessa forma, faz-se necessário a promoção do ensino dos povos que fizeram parte da construção da nossa história, cultura e identidade.

No livro de Moreira e Candau encontramos escritos de Nilma Lino Gomes (2008), abordando a questão racial na escola, refletindo a importância do surgimento e da implementação da Lei 10.639/03 no processo de ensino, no sentido de desenvolver um trabalho pedagógico, que aborde a história e cultura africana, de maneira interdisciplinar, compreendendo como formadora de nossa cultura, de nossa história; que aborde a questão do negro “reconhecer-se e ser reconhecido como tal” (2008, p. 82). Tal como apresenta a autora:

Realizar projetos interdisciplinares de trabalho, estimular práticas mais coletivas e reforçar teórica e metodologicamente o combate ao racismo e à discriminação racial na escola são objetivos e deverão ser resultados da implementação da Lei e das Diretrizes. (GOMES, 2008, p. 87).

Buscamos, portanto, compreender de que forma a rede municipal de ensino do Recife, em sua proposta curricular, contemplam o que as diretrizes nacionais que orientam as escolas para a implementação da educação das relações étnico raciais, bem como, o que dispõe a lei Federal 10.639/03.



### 3. METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo, cuja metodologia utilizada refere-se a análise documental, a fim de alcançar nosso objetivo que está centrado em buscar na Proposta Curricular da Rede Municipal do Recife suas abordagens acerca da Lei 10.639/03. Notamos o quanto importante é para este trabalho a análise da Proposta Curricular, que é um documento oficial que está vigorando na Rede Municipal do Recife.

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos são matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 1941; p. 122)

Temos também por objetivo identificar como se dá a implementação da Lei na prática docente dos professores em sala de aula e as dificuldades que enfrentam. Para tal utilizamos como instrumento de pesquisa, uma entrevista semiestruturada, onde nossos sujeitos de pesquisa nessa fase são professoras da Rede Municipal de Ensino do Recife. Todas entrevistadas são do sexo feminino, identificaremos as entrevistadas no quadro abaixo, e ao longo do presente artigo, de acordo com o seguimento e modalidade de ensino em que atuam, mantendo em sigilo suas identidades.

Quadro1- Identificação dos sujeitos.

PROFESSORA	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA REDE	TURMA DE ATUAÇÃO NA REDE
Educação Infantil	Letras com Especialização em Linguagens.	Sete anos e seis meses.	Grupo cinco.
Ensino Fundamental I	Pedagoga com Especialização em Gestão e Coordenação.	Um ano e seis meses,	Quinto ano.
EJA	Pedagogia com Especialização em Gestão Escolar.	Treze anos.	Turma modulada com as séries iniciais.

Todas as entrevistadas possuem experiências em outras localidades educacionais exercendo funções diferentes das que atuam na Rede Municipal do Recife, tais como: Gestão, Coordenação e Supervisão.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, contamos com o auxílio de um gravador para registrar todos os momentos, que passou pelo processo de transcrição e foram organizadas categoricamente a fim de subsidiar a análise de dados da pesquisa, a partir das falas dos entrevistados.

Segundo Severino (1941), entrevista consiste na,

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. (SEVERINO, 1941; p. 124).

Acreditamos que esta metodologia deixou os educadores mais à vontade em responder as nossas indagações, pois, não precisaram refletir sobre sua escrita, em moldar suas respostas, na intenção de nos fornecer uma resposta precisa e organizada. Compreendemos que o planejamento de uma pesquisa é fator fundamental para a realizarmos positivamente e adquirirmos um resultado satisfatório.

A entrevista foi atravessada pelos seguintes questionamentos: Quais as suas concepções sobre a Lei 10.639/03? Existem dificuldades em inserir a Lei em sala de aula? Como você atua para implementar a lei em sua prática diária nas aulas? Você consegue identificar mudanças em sala de aula depois da criação da lei 10.639? Em caso afirmativo dê exemplos; A proposta curricular da rede municipal do Recife contribui para a elaboração de sua aula?

A partir dos argumentos apresentados, realizamos nossa análise e nossa pesquisa ancorados nas definições que acreditamos serem as melhores a serem seguidas, e postas em prática, visando uma alta qualidade em seus resultados.

#### **4. Análise Documental**

##### **4.1 Análise da Proposta Curricular da Prefeitura do Recife e suas abordagens acerca da Lei 10.639.**

Ao falar acerca do currículo nos referenciamos em Tomaz Tadeu da Silva (2010), com seu escrito intitulado Documentos de Identidade, onde o mesmo demonstra que a construção do currículo centra-se em saber quais conhecimentos devem ser ensinados e percebeu-se que o mesmo deve ser constituído por temáticas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos, devendo ser debatido e recriado a partir de cada realidade escolar onde estiver sendo vivenciado, no sentido de atender a necessidade da escola. Nesse sentido, nos cabe, pensar num currículo que contemple a todos e proporcione igualdades de aprendizado, que trabalhe com as diversidades tão presentes no meio social, entendendo, pois, diversidade segundo Nilma Lino Gomes (2008, p.17) “como uma construção histórica, cultural e social das diferenças”. Portanto, pensamos em um currículo que atenda a universalidade, que respeite as individualidades e ensine as mais diversas concepções de cultura.

Percebe-se a urgente necessidade da incorporação ao currículo nacional, dos saberes construídos pelos movimentos sociais, e assim torna-se necessário um processo pedagógico que ensine os indivíduos a lidar e respeitar as diferenças, incluindo na grade escolar os conhecimentos das mais diversas identidades culturais, de modo que todos se sintam representados e acolhidos no seio escolar.

Nesse sentido, devemos pensar em o que a Proposta Curricular da Prefeitura do Recife aborda com relação ao ensino das relações étnico raciais, da história e cultura dos africanos como contribuição significativa para construção da história e cultura da sociedade Brasileira, questão abordada na Lei 10.639/03, trazendo a obrigatoriedade do ensino acerca dessa temática.

Um dos objetivos de nosso trabalho é trazer os aspectos da Lei 10.639/03 apresentados na proposta, e constatamos que a mesma aborda a Lei em questão no capítulo 2 intitulado: Eixos e Princípios da Política de Ensino: Escola Democrática, Diversidade, Meio Ambiente e Tecnologia. Dentro dos princípios norteadores da educação no Recife, ao tratar sobre a temática Escola Democrática e sobre diversidade dentro da mesma, encontramos um ponto intitulado “Relações Étnico-Raciais, uma história a ser contada”, onde temos uma abordagem da aprovação da Lei como “um importante passo para o reconhecimento da diversidade na escola e para efetivação da luta da população negra por reconhecimento” (Recife, 2014, p. 57), já que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura Afro-Brasileira para a educação básica, no âmbito de todo currículo escolar e em especial nas áreas de literatura, artes e história do Brasil. Destaca que os conteúdos deverão incluir história da África e dos Africanos, a cultura e a luta dos negros no Brasil, resgatando a contribuição do povo negro

para a política, economia e para a sociedade brasileira. A Lei também inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Para regulamentar a implantação da Lei, foi lançado o Parecer 03/2004 com o assunto: As “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana”, que “busca responder na área da educação às demandas da população afrodescendente, por meio de políticas de reparação, reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade, na busca de combater o racismo e as discriminações que atingem a população negra”.(MEC, 2004).

A proposta está pautada em buscar desenvolver uma sociedade mais justa e democrática, centrada nos princípios éticos da **solidariedade, participação e justiça social** (RECIFE, 2014, p. 31), para a inclusão e respeito à Diversidade. Assim ao tratar do tema Diversidade, traz uma abordagem acerca das relações étnico raciais, da Lei 10.639/03, como foi descrito acima, e podemos perceber que na proposta municipal a temática étnico racial é um dos princípios norteadores da educação no Recife, reconhecendo a necessidade de direcionar o olhar específico para este assunto, subsidia ao educador buscar metodologias que tornem possível de ser concretizado o processo que, como destaca a Proposta, de uma maneira geral, consiste na busca da construção e reconstrução da identidade negra, da construção de novos saberes, atitudes e valores, refletindo e promovendo o *Fortalecimento da Identidade, desenvolvendo uma consciência política e histórica da diversidade, criando ações educativas do combate ao racismo e a discriminação*, do respeito às manifestações culturais de matriz africana, princípios elencados pelo MEC em 2004 (RECIFE, 2014, p. 62 e 63). Porém, percebemos a necessidade de uma formação continuada que capacite os educadores para este grande desafio, uma vez que o déficit no ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira vai além da educação básica e se estende aos cursos de graduações na área educacional, ou seja, os educadores não tem acesso a uma formação voltada para esta vertente, o que prejudica bastante suas práticas educacionais, uma vez que não foram preparados para tal.

## 4.2 Achados das Entrevistas

### 4.2.1 Concepções das Professoras da Rede sobre a Lei 10.639/03

Ao entrevistarmos as professoras, conseguimos coletar informações acerca de suas concepções sobre a Lei a que se refere este artigo. A professora da Educação Infantil

demonstrou ter pouco conhecimento sobre o assunto tratado pela Lei, a mesma demonstra apenas a ideia embasada na necessidade de reparação social, e enfatiza a importância de o assunto ser abordado em sala de aula, e traz uma crítica sobre a eficiência da Lei, e entendemos que esta crítica diz respeito ao trabalho na aplicabilidade da Lei pelos professores que muitas vezes é feito de maneira superficial, que não traz nenhuma contribuição efetiva de fato para a sua ação pedagógica, como demonstra o discurso da docente entrevistada:

[...] é que de acordo com as questões discriminatórias no nosso país, ela foi necessária, porque muitas pessoas viam a necessidade dela, deste assunto ser tratado em sala de aula, mas não tratavam e quando tratavam era da forma muito superficial, então eu acho de extrema importância ter esse embasamento legal, a pesar de às vezes a lei, ela não sirva de muita coisa pra gente [...] (Professora da Educação Infantil).

A professora do Ensino Fundamental I mostra uma postura mais firme em relação à temática, indicando a importância da inserção do assunto, pois, como a própria aponta:

[...] faz parte da construção daquilo que somos (o ensino da história dos povos africanos), não devemos só tratar do ensino das nossas origens relacionadas aos portugueses e europeus, ou dos asiáticos que vieram (para nosso país), mas principalmente precisamos levar em consideração a formação base da nossa gente, que são os africanos e os indígenas [...].

Já a professora da Educação de Jovens e Adultos demonstrou um conhecimento superficial acerca deste assunto, porém, compreende a necessidade e importância da abordagem em sala de aula, pois, “acredito que o objetivo principal da lei é o de produzir conhecimentos, bem como postura, atitudes e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico racial”.

Neste sentido, conseguimos identificar que cada educadora tem concepções diferentes a respeito da Lei 10.639/03, mas que se completam, pois, são olhares singulares sobre o mesmo assunto que nos ajudam a entender que tal temática vem ganhando espaço e conquistando o lugar que é seu por direito. Acreditamos que é significativo o avanço do reconhecimento da Lei ao longo do tempo, entretanto reconhecemos que ainda há muito a ser percorrido até que a educação ofertada nas escolas ensine de fato que todos tenham orgulho de suas origens e não discriminem o seu semelhante pela diferença que o mesmo apresenta, no caso do nosso trabalho, diferenças relacionadas à etnia, que acarretam o racismo e que precisam ser colocados em debate, para a erradicação deste fato tão enraizado em nossa cultura.

#### **4.2.2 Implementação da Lei: Prática Docente das professoras entrevistadas e dificuldades enfrentadas**

Neste momento, discorreremos em relação à implementação da Lei e como sua prática são tratadas em sala de aula, evidenciando as dificuldades no momento de sua implementação. A professora de Educação infantil ao ser indagada sobre como implementa a Lei em sua prática de ensino a mesma evidencia em seu discurso um trabalho diário voltado na questão das diferenças pautada em recursos metodológicos que propiciem o desenvolvimento com a temática, a mesma relata que atua da seguinte forma:

Procuro pautas que encontro em livros paradidáticos, vídeos e filmes que trabalham com personagens negros e eu abordo a questão das diferenças. A gente vai trabalhar justamente sobre as características de cada criança, das raças, desse modo eu procuro trabalhar o ano todo como eu disse não somente no mês de novembro que é quando a gente tem o dia da consciência negra.

Já a professora de Educação de Jovens e Adultos aponta também um trabalho com a diversidade e ainda com a desigualdade levando em consideração aquilo que os alunos já trazem consigo, acerca de sua atuação para implementar a Lei relata:

[...] Através do conhecimento prévio procuramos articular a teoria educacional com o cotidiano dos educandos, construindo práticas de intervenção que lidem com a diversidade e desigualdades características da sociedade brasileira.

Assim como a professora de educação infantil, a professora do fundamental 1 demonstra uma crítica acerca da questão do trabalho com a temática somente no dia 20 de novembro, comemoração da consciência negra, e assim como ela também busca recursos que auxiliem no trabalho pedagógico com a temática, no trabalho com a cultura negra, como a mesma expressa:

Eu procuro várias maneiras de trabalhar, busco sempre resgatar essa ideia que existem pessoas importantes na cultura negra [...] procuro sempre escritores, músicos, militantes políticos, pessoas importantes para que exista uma referência para trabalhar a questão da estima da cor, na questão de você se aceitar com a cor que você tem, no cabelo, nas feições[...] mas este trabalho é diário ele não tem um dia específico.

Ela enfatiza sempre a questão do empoderamento através do conhecimento da história e o reconhecimento das origens, assim, acredita que os alunos se apropriarão e se reconhecerão como parte histórica da construção do nosso país, buscando igualar as diferenças de valorização étnicas existentes que vem se propagando ao longo dos anos

fortalecendo cada vez mais a luta contra o preconceito que ainda está bastante enraizado em nossa cultura.

A partir da fala das professoras percebemos em suas práticas um trabalho voltado na luta pelo reconhecimento e respeito das diversidades, o que nos leva a entender a importância de buscar para suas práticas docentes as melhores oportunidades de inserir a Lei 10.639/03 em sala de aula, a importância da Lei, não só pensando no ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, mas, nesse processo de ensino, implementar atitudes de combate ao racismo, tão presente no meio social.

Como vimos no presente trabalho, partindo das ideias de Tomaz Tadeu da Silva (2010) que aborda a importância do trabalho com a diversidade nos currículos que verse um ensino contra a discriminação social, sendo necessário pensar em um currículo que contemple a todos e proporcione um aprendizado igualitário que parta da realidade em que se encontra o indivíduo garantindo assim, sua inserção na sociedade de forma plena, independentemente de sua classe social, raça ou etnia, sendo, portanto, de suma importância um trabalho diário na sala de aula capaz de promover, como aponta a Proposta Curricular da Prefeitura do Recife, um espaço educacional inclusivo, democrático e justo, que envolva o debate com as diversidades, com as relações étnico raciais, no sentido de quebrar relações discriminatórias e racistas e de construir atitudes de reconhecimento e aceitação às diferenças de ser e viver.

Mas entendemos que no trabalho com essa temática na sala de aula podem surgir dificuldades e cabe aos educadores e demais membros da comunidade escolar, enfim todos que participam do processo educacional, buscar meios para superar as dificuldades que possam surgir. Sabemos o quão difícil é para os educadores abdicar de seus conceitos prévios e apropriar-se de um conteúdo cultural, rico e belo, mas que não tiveram acesso ao longo dos seus anos de formação como é o caso da Cultura Africana, uma temática relativamente nova em nosso currículo, apesar dos anos de sua implementação, o trabalho para sua efetivação é uma tarefa de “formiguinhas”, pois, a cada tempo ganha mais espaço e os educadores passam a entender a importância de trazer esse conteúdo para sala de aula. Dito isso, temos que evidenciar a barreira existente dos próprios alunos que trazem consigo uma carga familiar que antecedente aos saberes escolares, o que na grande maioria das vezes, acaba atrapalhando o desenvolvimento da temática em sala de aula.

Estes contratempos não devem, de forma alguma, prejudicar a docência em sala de aula, o educador deve pensar a melhor forma de inserção do assunto em sua turma, como relata a professora da Educação Infantil:

No meu caso eu não tenho dificuldades em inserir, aplicar essa lei em sala de aula não, com os meus alunos não, sempre procuro fazer um trabalho não só na semana da Consciência Negra sobre questões raciais, eu procuro trabalhar estas questões o ano inteiro até porque também tem paralelo a esse trabalho um trabalho com o bullying que tá muito ligado também às questões das diferenças de cor, de raça, que a gente detecta muito a questão do preconceito ainda nas crianças que já é trazido dos pais.

Para a professora do Ensino Fundamental, a inserção da Lei ainda causa muitas polêmicas na comunidade escolar, pois, as barreiras vão além das salas de aulas e esbarram em outros fatores que acabam contribuindo ainda mais com as dificuldades encontradas, explica:

Essa é uma questão mais logística, eu diria assim, então não é uma questão de aplicabilidade da lei, a aplicabilidade da lei a gente pode, mas, aí interfere em toda uma questão burocrática até com outras coisas que não conseguem ser trabalhadas e assim é realmente uma questão burocrática, mas, eu não vejo problema nenhum eu sempre tento de alguma forma trabalhar o que eu posso.

A professora de Fundamental 1 lembra-se de uma experiência que passou ao falar acerca das religiões de matrizes africanas, ao trabalhar essa temática com músicas, e fala:

No do dia da consciência negra, imagina o caos que foi trabalhar religião, trabalhar dança e as mães chegando e dizendo que era macumba, então assim foi muito complicado, mas consegui fazer este trabalho.

Conseguimos identificar também na fala das professoras os desafios que enfrentam ao implementar em sala de aula a Lei, em suas condições, o principal obstáculo são as famílias de seus alunos, com uma construção social que antecede aos conteúdos escolares, pois, as crianças reproduzem muitos exemplos vividos no seio familiar, levando para a escola ações que reproduzem o racismo sem ao menos saber qual o real significado de seus atos, já para os pais, a estranheza na abordagem de assuntos polêmicos trazidos pela Cultura Africana acaba fortalecendo ainda mais os atos preconceituosos que infelizmente estão enraizados em sua educação que foi construída através de um referencial com padrões coloniais, onde a raça negra sofria com desprezo extremo, por este motivo, até hoje vemos atos preconceituosos contra as pessoas que possuem alguma característica de seus ancestrais africanos.

Portanto temos que enxergar a escola, como uma instituição forte que precisa assumir seu papel na sociedade, como um local que deve ensinar conteúdos que vão ser levados para além dos seus muros, conteúdos sociais e culturais, que auxiliam na construção de sujeitos responsáveis, que respeitam a individualidade de cada um e que saibam lidar com as



diferenças, sem a necessidade de agressão e discriminação, para a discussão do seu ponto de vista.

A questão levantada pela professora do Ensino Fundamental acerca de recursos de apoio para facilitar a aplicabilidade da Lei em sala, nos leva a pensar como as escolas estão estruturadas para melhor atender as necessidades dos professores e alunos. Em um artigo chamado “As escolas e suas práticas” (GOMES; JESUS; ALVES) que compõe o livro “Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico – raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03” (2012) traz uma pesquisa que busca levantar justamente os dados no qual estamos trazendo em nosso artigo e para tal, descobrir como está sendo a “sustentabilidade da Lei 10.639/03 nas práticas” (p.75), os autores criaram quatro com dimensões de categorias, são elas:

- Dimensão 1: estrutura física e aparência da escola;
- Dimensão 2: envolvimento da gestão e do coletivo de professores (as);
- Dimensão 3: formação continuada e material de apoio;
- Dimensão 4: avanços e limites do trabalho. (p.76)

Transportando estas dimensões para a realidade da nossa pesquisa, as professoras da Educação Infantil e do Ensino fundamental, citaram em suas entrevistas que colocavam em prática a Lei com diversas atividades, tais como: livros paradidáticos, filmes com personagens negros, textos de autores negros, músicas, pessoas importantes na história do país. Todos estes recursos servem como acesso para abordarem os aspectos relevantes em sala de aula como cabelos, cor da pele, discriminação e preconceito. Porém, durante as entrevistas elas também nos informaram que já precisaram comprar alguns livros e DVDs, pois, as escolas possuem recursos limitados e que acabam esgotando-se rápido como opção para ser trabalhado, podemos citar a falta de espaço alternativo como uma biblioteca, recursos de pesquisas como computadores com internet. Estes são apenas alguns déficits que podemos identificar na implementação da Lei e que acabam dificultando o trabalho das professoras.

Como já havíamos notado, a prática da Lei em sala de aula é um desafio, no qual o educador precisa estar aberto a mudar seus paradigmas pedagógicos e se arriscar em novas metodologias que lhe ajudem a desenvolver um trabalho diferenciado ao que já estamos acostumados a encontrar. Entendemos que cada turma exigirá uma metodologia diferenciada que leve em consideração a realidade local, compreendendo cada aluno como elemento principal e respeitando suas particularidades.

#### 4.2.4 Os Princípios da Proposta Curricular na Sala de Aula

Apesar de discursos favoráveis a Lei 10.639/03 apresentados por nossas entrevistadas, sentimos falta, em suas falas, de citações sobre a Proposta Curricular, o que para nós, despertou a curiosidade de entender por qual razão. Ao serem questionadas sobre como a Proposta Curricular auxiliava em suas práticas docentes responderam a partir das suas concepções sobre a importância da Proposta em suas práticas.

A professora de Educação Infantil que sempre demonstrou está ancorada nos documentos que regem a educação responde:

Ela ajuda sim, porque ela tem os eixos não só na questão étnico racial, como outros eixos que precisam ser trabalhados pela gente durante o ano em sala de aula, e eu acredito que o eixo que fala da questão étnico racial, ela ajuda a gente ter um norte, uma ideia do que é que a gente vai trabalhar [...] servindo como base norteadora pra que a gente possa planejar as nossas aulas e ter assim, um suporte didático com o GTERÊ<sup>5</sup> que é até citado na Proposta Pedagógica do Recife, que nas formações eles dão muitas dicas do que a gente pode trabalhar em sala.

Com uma visão contrária, a professora do Ensino Fundamental expressa sua insatisfação e alega que adotar, na prática, as teorias trazidas pela Proposta não é algo simples de se conciliar:

Tudo que é teoria é lindo, né? Tudo que é teoria é muito bonito, tudo na teoria acontece, mas na prática é outra situação [...] na prática não acontece, eu sinto falta de formações, acho que a gente deveria tá sempre tendo formações nessa área, porque é uma questão de empoderamento das pessoas [...] eu acho que a escola é muito importante, eu fico muito triste porque não vejo muito trabalho em relação a isso.

Estas opiniões distintas nos revelam duas vertentes da mesma questão, se por um lado existem professores que se apropriam e ancoram-se nos documentos legais e não buscam mais conhecimentos acerca deste assunto e que acabam reproduzindo um discurso que podemos padronizá-lo como o discurso mais utilizado para responder de forma genérica assuntos polêmicos no meio educacional, como exemplo disso tem-se a fala da professora da EJA dizendo que “a prefeitura promove encontros, palestras, formações continuadas e projetos que são executados em sala de aula”. Do outro, encontramos professoras que levantam a bandeira a favor do ensino das relações étnico raciais em sala de aula, e que acreditam em uma necessidade evidente de maiores investimentos e atenção, tanto por parte dos órgãos

---

<sup>5</sup> GTERÊ – Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico – raciais

educacionais, como GTERÊ que foi citada acima, quanto por parte da própria classe de professores que deve buscar aprimorar seus conhecimentos para desenvolver cada vez melhor esta temática.

Na análise das práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na Escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03, observa-se que o potencial das redes de ensino, as condições de trabalho nas escolas, a presença ou não de formação continuada do s(as) educadores (as) apresentam nuances significativas. (Autor, ano, p.21)

Refletindo as questões levantadas pelas docentes entrevistadas constatamos a necessidade do engajamento de todos os sujeitos da área educacional, de gestores, professores, fundamentados em um planejamento que envolva o trabalho pedagógico mais abrangente com a temática de pesquisa, com a oferta de capacitações e também do engajamento político, social e familiar para que possamos ver posta em prática efetiva a Lei 10.639/03 e a promoção de ações que visem à construção da identidade dos sujeitos, do reconhecimento e do respeito às diferenças existentes no meio social, atendendo a universalidade e multiculturalidade.

A realidade é que todas as professoras demonstraram que sentem falta de formações continuadas sobre esta temática, pois, ainda existe muito o que abordar em sala de aula. Infelizmente a falta de preparo dos (as) educadores (as) soma aos déficits que atrapalham na implementação da Lei em sala de aula e acaba retardando ainda mais o aprendizado sobre a História e Cultura Negra, como evidencia a professora de Fundamental, “difícil, hoje eu vejo ainda a realidade das professoras em sala de aula com muita resistência, muito descaso, muita falta de informação”.

Percebe-se, a partir dos discursos das docentes entrevistadas, a importância da existência de uma formação inicial (na graduação) e continuada (nas redes de ensino) que prepare os educadores (as) para trabalhar de maneira interdisciplinar com a implementação nos segmentos e modalidades de ensino acerca da temática que aborda a educação das relações étnico raciais na rede de ensino do Recife.

Mas como já foi abordado ao longo do trabalho, que além da necessidade do engajamento de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, na busca por conhecimentos, a promoção de formações, reuniões para troca de saberes, e como vimos em escritos de Nilma Lino Gomes (2008, p.87) a importância de desenvolver projetos interdisciplinares, a expansão do GTERÊ, estimulam práticas de trabalho em conjunto e reafirmar teórica e metodologicamente o combate ao racismo e à discriminação racial na

escola sendo estes os objetivos que deverão ser resultados da implementação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares.

#### **4. Considerações Finais**

Muitos são os progressos que ainda são necessários para a Lei vigorar plenamente nas salas de aulas das escolas da Rede Municipal do Recife, mas, concluímos este artigo cientes que os primeiros passos já foram dados em prol da implementação de um assunto considerado de extrema importância para a nossa sociedade. Reconhecemos a Proposta Curricular em vigor como elemento primordial servindo de eixo norteador para as práticas pedagógicas.

A partir das falas que trouxemos de nossas entrevistadas identificamos que, infelizmente apesar de todos os trabalhos favoráveis para a implementação da Lei 10.639/03, as práticas em sala de aula com a sua implementação, ainda estão muito longe de serem consideradas ideais, mas esta constatação não é algo generalizado, vista que tratam apenas de um recorte da realidade. Através das entrevistas realizadas conseguimos encontrar alguns exemplos de educadoras que incluem em seus planos de aula a Lei de forma interdisciplinar e que com esta ação vem rompendo barreiras, superando os preconceitos e reduzindo a discriminação, avanços importantes para a implementação da Lei.

Em suma, a Lei 10.639/03 aos poucos vem sendo inseridas no cotidiano dos estudantes, no entanto, este processo de inserção poderia ganhar uma importância mais significativa no âmbito educacional, principalmente por parte da maioria dos educadores (as) que ainda precisam aprimorar seus conhecimentos e reconhecer a História e a Cultura Negra como parte essencial na construção da História e da Cultura Brasileira e que a escola é o local mais eficaz para construir nos estudantes o respeito e valorização devida as questões relacionadas à temática étnico racial.

Pudemos, portanto constatar, em nosso estudo, que a proposta curricular do município do Recife efetivamente discute a importância e propõe elementos e princípios de uma prática pedagógica que implemente a Lei Federal 10.639/03, bem como, a Educação das relações étnico raciais, considerando que a proposta precisaria se transformar de conhecimento a ser ensinado em conhecimento efetivamente aprendido, faz se contudo necessária a realização de processos formativos continuados, pelo município do Recife que deem conta das lacunas deixadas pelos cursos de Pedagogia nas questões que se referem ao ensino da história e da

cultura afro brasileira e africana e prover as bibliotecas escolares e os docentes livros e de material didático e paradidático que subsidiem essa transposição didática do que se intenciona no currículo para o que efetivamente ocorre no chão das escolas.

## Referências

BRASIL. Lei 10.639/2003. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)> Acesso em: 27 de out. de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer nº 03/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileiras.

Gomes, Nilma Lino. As práticas pedagógicas com as relações étnico – raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: GOMES, Nilma Lino Gomes (org). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico – raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. 1. ed. – Brasília: MEC; Unesco, 2012. P. 19 – 33.

\_\_\_\_\_. Indagações sobre o Currículo: Diversidade e Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de; Alves, Aline Neves Rodrigues. As escolas e suas práticas. In: GOMES, Nilma Lino Gomes (org). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico – raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. 1. ed. – Brasília: MEC; Unesco, 2012. P. 73 – 79.

RECIFE. Secretaria da Educação. Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: subsídios para atualização da organização curricular. Recife, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANCAU, Vera Maria (org.) Multiculturalismo: Diferenças Culturais e práticas pedagógicas. 2º Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: Uma Introdução às teorias do Currículo. 3 Ed., Belo Horizonte: Autentica, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – Metodologia do trabalho científico / Antônio Joaquim Severino. – 23. ed. rev. e atual. – São Paulo : Cortez, 2007.